

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PS/AÇORES NA SESSÃO PLENÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2002

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

“ Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?

Quanto zombará de nós ainda esse teu atrevimento?”

As históricas palavras de Cícero contra o conspirador Catilina bem poderiam ser o início duma interpelação ao comportamento que o Governo da República tem tido em relação às Regiões Autónomas em geral, e em relação aos Açores, em particular.

Na verdade, após um período de seis anos, considerado por vezes insuspeitas do espectro político português, como aquele em que as Autonomias regionais viveram um período áureo, o Governo da República do PSD/PP parece apostado em, rapidamente, fazer esquecer esses momentos em que a Autonomia político-administrativa se aprofundou e fortaleceu. Aquilo a que estamos a assistir é, claramente, a um comportamento que, não sendo inédito em Governos do PSD, é de um calculado desprezo em relação às necessidades e às aspirações que os Açorianos sentem.

Foi assim nos Governos de Cavaco Silva e Mota Amaral, está a ser assim nos Governos de Durão Barroso e Carlos César.

Após seis meses de Governo da República PSD/PP, é claro que Autonomia está sob um ataque concertado que pode, e em alguns casos, já fez perigar conquistas essenciais para o nosso desenvolvimento. O Governo da República, por acção e por omissão, está a criar dificuldades aos açorianos, acobertando-se agora sob o manto duma herança, hipoteticamente difícil, que recebeu. Nesta situação, encontra-se aberto o caminho para fazer os Açores, e num grau que em muito exceda as suas eventuais responsabilidades, pagarem um preço que não devem. A ideia, em si mesma, não tem nada de factual que a sustente. É, tão só, o resultado duma visão primária e simplista das Autonomias Regionais!

Alguns factos que permitem sustentar esta análise ao comportamento do Governo da República:

Com uma lamentável tacanhez de sentido político e de governação do país, que, a pretexto duma situação financeira, impor a necessidade de medidas draconianas de contenção de custos, o Governo da República viola aquela que é considerada como uma das mais relevantes conquistas das autonomias regionais: A Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Foi assim com a Lei de Estabilidade Orçamental! Foi assim, e é, mais uma vez, com o desrespeito pelas disposições da lei no que se refere ao cômputo do montante das transferências para as Regiões Autónomas a realizar em 2003.

Não satisfeita, a voracidade do Governo contra as Autonomias, conduziu-o a que, contrariando uma autorização da Assembleia da República, as Regiões Autónomas fossem impedidas de contrair um empréstimo no valor de 6,5 milhões de contos no ano em curso;

Para além disso, em nome duma contenção que apregoa, mas não pratica, o Governo da República impõe às Regiões Autónomas um endividamento zero em 2003, enquanto a si mesmo permite um endividamento de cerca de 848 milhões de contos;

Acresce ainda, como se a Região fosse uma qualquer Direcção-Geral ou um qualquer Instituto Público, que o Governo da República usurpa bens que a esta pertencem, colocando-os à venda em hasta pública, sem qualquer tipo de justificação ou contacto.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Este é o comportamento de um Governo que se diz respeitador das Autonomias, este é o tipo de ataques que, conscientemente, são dirigidos contra os Açores.

Por incrível que pareça, porém, este não é um cenário novo para os açorianos que apercebem-se facilmente de ocas profissões de fé na autonomia, quer sejam de lá, quer sejam de cá, que, para além disso, cedo se revelam desprovidas de verdade e servindo interesses inconfessados ou, até mesmo, inconfessáveis.

Na verdade, lamentável é dizê-lo, mas reconhecê-lo é essencial, o actual Governo da República, nessa sua sanha persecutória contra a nossa Região, encontra aliados nos próprios Açores. Aliados? Não, aliados não! Cúmplices activos e colaborantes que mais não fazem do que calar, ou, quando falam, é para arranjar desculpas e atacar os que erguem a sua voz contra esse tipo de comportamento de inadmissível e constante atropelo aos poderes e direitos dos Açores.

Cada vez se torna mais claro e notório que, neste momento, grassa pelos lados de alguns partidos de oposição uma volúpia de criticar o Governo Regional, de querer abafar a voz daqueles que se insurgem contra os comportamentos do Governo da República.

Nesse contexto, o PSD/Açores parece alegrar-se sempre que há uma dificuldade acrescida para os Açores e a sua actividade política resume-se, apenas, em criticar o Governo Regional e a desculpar todas os ataques que os “amigos” do Continente desferem contra os Açores.

Repare-se: O PSD/Açores não critica o Governo da República por exigir à Região, nas questões de défice, mais do que aquilo que a realidade da actuação desta permite aceitar.

No entanto, quando o Governo Regional reage contra esta atitude que prejudica o nosso desenvolvimento e o excelente desempenho da nossa economia, o PSD/Açores acusa o Governo Regional de ser oposição a Lisboa!

Mas alguém é capaz, em boa fé e com um mínimo de compreensão das nossa necessidades de desenvolvimento, de entender que a crítica à imposição do endividamento zero é uma questão partidária?!

Note-se : o PSD/Açores não faz reparos ao Governo da República por este não cumprir com a solidariedade nacional no que respeita à reconstrução no ano 2002. No entanto, quando o Governo

Regional, quando o PS, quando o PCP levantam a sua voz contra esse atentado, o PSD acusa-os de fazer guerrilha a Lisboa.

Mas alguém de boa fé acha que fazer reparos, que criticar a falta de solidariedade sobre a reconstrução no ano em curso, é ter uma perspectiva partidarizada do relacionamento com Lisboa?!

Registe-se: Ao PSD/Açores não incomoda a circunstância de, numa atitude prepotente, o Governo da República colocar em hasta pública bens que são da Região. Quando há reacção, justa e legitimamente indignada, contra esta situação, o PSD acusa o Governo de fazer oposição a Lisboa!

Mas alguém defende que a Região nesta questão deveria ficar muda e queda e que deveria aceitar passivamente que nos tirem o que é nosso?!

A resposta a todas estas questões só pode ser um claro e rotundo não!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo

O último episódio deste tipo de comportamento traduziu-se na apresentação, pelo Primeiro-Ministro Durão Barroso, daquilo a que o Governo da República chama, não sem um nota de mal contida

ironia, de medidas descentralizadoras. Realçando a concepção de descentralização que tem o Governo da República que leva a que nessas medidas até inclua a inauguração do 4º Cartório Notarial do Funchal e de um Posto da Guarda Nacional Republicana, importa corrigir algumas faltas à verdade que ocorreram em toda esta situação.

Há nesta matéria, essencialmente, dois aspectos que urge classificar: Um diz respeito à reposição da verdade dos factos, outro diz respeito a uma questão de comportamento político.

Relativamente ao primeiro, esclareça-se que ao contrário da verdade, ter sido referido pelo Senhor Primeiro-Ministro que o Governo Regional dos Açores nunca havia feito chegar qualquer documento contendo a elencagem daquilo que os Açores necessitam.

Concedendo o benefício de que a falha tenha sido involuntária e que, portanto, o Senhor Primeiro-Ministro estava mal informado, o facto é que o Governo Regional, repetidas vezes e em numerosas circunstâncias, transmitiu, por escrito, e antes da deslocação daquele à Madeira, as pretensões dos Açores nas mais variadas áreas da acção governativa.

Reposta, assim, a verdade dos factos, aguarda-se uma resposta da República, sob pena da deslocação à Madeira ser considerada, em

definitivo, como uma destemperada provocação absolutamente inadmissível e intolerável.

Mas se é certo que, em relação ao Governo da República, ainda se mantém alguma esperança de que aquela medida não tenha sido um absoluto desrespeito em relação aos açorianos, já a atitude do PSD/Açores a este propósito teve o mérito de ser um elemento a juntar a tantos outros que tornam transparentes a postura desse partido no relacionamento com Lisboa.

No comentário a essa notícia, aquilo que só faltou foi dizer, explicitamente, que aquele era uma castigo por aquilo que consideram ser um mau comportamento do Governo Regional. Qualquer coisa como uma reprimenda. Assim como se se aconselhasse que a solução para termos uma pacote de medidas semelhante ao da Madeira seria o de abdicarmos de erguer a nossa voz em defesa da Autonomia, em defesa dos Açores, em defesa dos Açorianos.

Este tipo de comportamento, este tipo de insinuação dá bem prova do real sentido político e dos interesses que esse partido coloca primeiro quando se fala da nossa Região. Sobretudo, aquilo que é necessário deixar bem claro é que, até poderíamos compreender que o Governo da República se tenha atrasado em dar resposta às pretensões açorianas, mas aquilo que não deve passar pela cabeça de ninguém é que iremos aceitar com passividade uma qualquer postura de chantagem política ou de ameaça, mesmo que velada.

Os interesses dos Açores estiveram, estão e estarão sempre primeiro ! A dignidade dos açorianos enquanto povo e enquanto Região Autónoma não se discute, nem se questiona, e quem quer que seja que, tácita ou expressamente, por acção ou por omissão coloque qualquer um desses valores em causa contará com a nossa denúncia firme e frontal e com o nosso combate. Os açorianos não aceitam ser tratados como crianças pelo Governo da República. É bom que isso fique perfeitamente claro e esclarecido. Cá e lá!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo

Senhores Deputados do PSD/Açores, pobre partido, fraca oposição ! E pensar que desse mesmo partido saíram homens e políticos que não receram afrontar a conveniência partidária para colocar acima de tudo os interesses dos Açores. Recorda-se, por exemplo, Jorge do Nascimento Cabral que nesta matéria tem dado provas de uma permanente vigilância e duma atenção crescente. Recorda-se, por exemplo, Berta Cabral que, quer na Lei de Estabilidade Orçamental, quer agora na proposta de Orçamento de Estado para 2003 não hesitou em erguer a sua voz em defesa dos interesses das Autarquias Locais. E não se trata nessas referências, de uma qualquer tentativa de desestabilizar o que já está desestabilizado ou de descredibilizar o que já está descredibilizado.

As pessoas que nomeamos são adversários políticos do Partido Socialista e no plano da luta partidária é-lhes dado, e da mesma forma que, da parte deles acontece em relação aos socialistas, um combate democrático, franco e de ideias.

Mas o seu comportamento e a referência a esse comportamento, só vêm tornar flagrante aquilo que cada vez mais se vai revelando como uma realidade ineludível: o actual PSD/A, ou melhor, os actuais dirigentes do PSD/Açores embarcaram numa vertigem de conquista do poder a qualquer custo, nem que tenham que se aliar a um dos Governos mais centralistas que as Regiões Autónomas já conheceram.

E de nada vale tentar passar a ideia de um relacionamento privilegiado com Lisboa que garantirá um grande peso nas decisões governamentais em relação aos Açores. Esta tentativa é ridícula, no mínimo, e apenas prova, se ela existisse, que há uma estratégia de cerco ao legítimo Governo dos Açores. Isto apenas traria uma justificação, demasiado vergonhosa para ser verdade, que o endividamento zero, que a não autorização do endividamento em 2002, que o não cumprimento da solidariedade em 2002 para a reconstrução, que o não cumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e que a venda em hasta pública de bens da Região tudo isto foi, ou está a ser, feito por influência, quiçá o incentivo, dos dirigentes do PSD/Açores.

Será que chegaram a tanto?

Será que ousaram tanto?

Claro está, porém, que este é apenas um receio e melhor será aceitar, melhor para todos será aceitar, que a influência é nula.

Mas este facto, comprovado pela crueza das situações que acabei de referir, não nos faz esquecer a estratégia que tem sido seguida de colocar os interesses numa conquista do poder à frente dos interesses dos Açores.

Tudo isto exige uma resposta e uma resposta adequada. Não se trata de fazer guerra a Lisboa! Isto é uma disparate que só os menos atentos ou então os mais malévolos podem acreditar. O que se trata é de defender sempre os interesses da nossa Região e a nossa Autonomia. E para esse combate, agora como no passado, o Partido Socialista responde: Presente!

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

As palavras de Cícero acabam por assumir neste aspecto, neste momento e em relação a estes dirigentes do PSD/Açores uma actualidade surpreendente ***“Portanto, Catilina, que podes mais esperar, se nem a noite com as suas trevas pode encobrir teus***

iníquos congressos, nem a casa mais retirada conter com as suas paredes a voz da tua conjuração? Se tudo se faz manifesto, se tudo sai a público!”

“Todos os teus desígnios são para nós mais claros que a Luz (...)”.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2002

O Deputado Regional do PS

Vasco Alves Cordeiro